

GRUPOS FOCAIS COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA: DESAFIOS METODOLÓGICOS¹

Sônia Maria Guedes Gondim²
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal definir, caracterizar metodologicamente e contextualizar o uso dos grupos focais como uma técnica de investigação qualitativa comprometida com a abordagem metacientífica compreensivista. Será dedicado um espaço também à questão dos fatores que afetam o processo de discussão dos grupos focais e por sua vez a validade de seus resultados, esta última apontada como um dos maiores desafios metodológicos desta técnica. O texto foi organizado em três seções: a primeira se ocupa de questões metodológicas mais amplas e insere os grupos focais na abordagem idiográfica e hermenêutica. A segunda centra-se na definição e caracterização dos grupos focais como técnica de investigação qualitativa, em que são ressaltados os fatores que afetam as discussões nos grupos, assim como os desafios metodológicos do uso da técnica. Para finalizar são feitas algumas considerações sobre as possibilidades e limites de uso desta técnica de pesquisa.

Palavras-chave: Grupos focais, pesquisa qualitativa, metodologia de pesquisa

THE USE OF FOCAL GROUPS AS A QUALITATIVE INVESTIGATION TECHNIQUE: METHODOLOGICAL CHALLENGES

ABSTRACT: This article proposes to define, contextualize and methodologically characterize the use of focal groups as a qualitative investigation technique committed to a comprehensive meta- scientific approach. The factors that affect focal groups discussion will be considered in the present work, as well as the outcomes of this investigation, the greatest methodological challenges of this technique. The present essay is divided into three sections: the first one covers wider methodological aspects and places the focal groups under the idiographic and hermeneutic approaches. The second section focuses on the definition and characterization of focal groups as a qualitative investigation technique, besides taking into account the methodological challenges of this technique and the factors that affect group discussion. To end it up, some considerations as far as the advantages and limitations of using this research technique are pointed out.

Key-words: focus group, qualitative research, research methods

Assistiu-se nas duas últimas décadas a um crescimento expressivo da utilização de grupos focais em pesquisas de diversas disciplinas científicas, assim como da literatura que descreve seus procedimentos e analisa seus aspectos metodológicos (Edmunds, 1999; Fern, 2001; Gaiser, 1997; Krueger & Casey, 2000; Morgan, 1997). Um indicador deste crescimento foi a inclusão de um capítulo sobre o tema na edição de 2000 do *Handbook of Qualitative Research*

organizado por Denzin e Lincoln. Fern (2001) e Calder (1977) ressaltam que as pesquisas que se valeram desta técnica até 1977 não ultrapassaram a casa dos 30 e ficavam restritas à literatura de marketing. Atualmente muitos relatos de pesquisa são publicados em revistas científicas e parecem atender tanto aos interesses teóricos de acadêmicos quanto de profissionais que fazem uso da técnica como ferramenta de gerenciamento, de tomada de decisão e de apoio a programas de intervenção em saúde (Carlini-Cotrim, 1996; Romero, 2000).

Este artigo tem como principal objetivo definir, caracterizar metodologicamente e contextualizar o

¹ Artigo recebido para publicação em 08/2002; aceito em 12/2002

² Endereço para correspondência: Sônia Maria Guedes Gondim, Rua Rodrigo Argollo, 293- Ed. Jardim das Hortências, apto 502 – Rio Vermelho, Salvador, BA, Cep 41940-220, E-mail sggondim@terra.com.br

uso dos grupos focais como uma técnica de investigação qualitativa comprometida com a abordagem metacientífica compreensivista, analisando ainda a questão dos fatores que afetam o processo de discussão dos grupos focais e, em consequência, a validade de seus resultados, apontada como um dos maiores desafios metodológicos da referida técnica.

A abordagem qualitativa nas Ciências Sociais

O conhecimento científico é comumente referido como aquele que é produzido a partir de métodos apoiados em pressupostos ontológicos, epistemológicos e, especialmente nas ciências sociais, nos de natureza ética e antropológica. Há duas grandes abordagens: a nomotética e a hermenêutica.

A nomotética ou quantitativa defende a aproximação entre ciência social e ciência natural, de tal modo que a mensuração, a quantificação, a busca da causalidade, do controle estatístico e de variáveis tornam-se o meio para gerar conhecimento válido e universal. Por outro lado, a abordagem idiográfica, hermenêutica ou qualitativa destaca a diferenciação entre os dois tipos de objetos de estudo – o físico e o humano – ao admitir que, ao contrário do objeto físico, o homem é capaz de refletir sobre si mesmo e, através das interações sociais, construir-se como pessoa. No caso desta última abordagem, à ciência social não deveria importar o modelo da ciência natural, e sim criar um outro que se apoiaria na descrição, no entendimento, na busca de significado, na interpretação, na linguagem e no discurso, gerando um tipo de conhecimento válido a partir da compreensão do significado do contexto particular (Giorgi, 1995; Radnitzky, 1970; Dilthey, Weber, Rickert, apud Smith, 1994; Smith, Harré & Langenhove, 1995).

Lincoln e Guba (2000), com o objetivo de demarcar os limites de abordagens metodológicas nas ciências sociais, apresentam alguns pressupostos filosóficos que as orientam. Em um extremo alocam o positivismo e o pós-positivismo e no outro a teoria crítica, o construtivismo e o participacionismo. O pressupostos ontológicos e epistemológicos variam desde o entendimento de que a realidade existe independentemente da consciência do sujeito e pode

ser apreendida integral ou probabilisticamente, até o de que a realidade depende da consciência do sujeito e é construída histórica e socialmente. O pressuposto do positivismo e pós-positivismo é o de que há um distanciamento entre sujeito e objeto o que assegura que o conhecimento apreendido seja provavelmente ou verdadeiro. Em contrapartida, os teóricos críticos, construtivistas e participacionistas ressaltam que a relação nas ciências sociais é do tipo sujeito-sujeito, ou seja, o que é investigado não é independente do processo de investigação e, sendo assim, o conhecimento produzido é valorativo e ideológico.

Conforme assevera Smith (1994), a perspectiva hermenêutica dá conta de que a experiência humana está atrelada ao contexto sócio-cultural e que é difícil conceber uma linguagem nas ciências sociais que exclua este contexto, quer seja pelos valores do pesquisador, quer pelos do grupo estudado. Se na abordagem nomotética há convicção de que o pesquisador é desinteressado e crítico, na idiográfica, ao contrário, a convicção é a de que o pesquisador assume uma posição crítica, mas não consegue se desvencilhar do fato de que está implicado no processo de investigação. Sua maneira de olhar e interpretar o fenômeno é contextualizada individual, social, cultural e historicamente.

Os critérios de qualidade de pesquisa também são distintos, pois para os positivistas e pós-positivistas é a validade interna, a objetividade e a generalização dos resultados que asseguram o *status* de ciência. Em contrapartida, para aqueles que optam pela abordagem qualitativa os critérios são a compreensão de uma realidade particular, a auto-reflexão e a ação emancipatória. O conhecimento do mundo, para os adeptos desta última, não deve ser um fim em si mesmo, mas um instrumento para a autoconscientização e ação humana. Com isto há uma diminuição da distância entre a produção e a aplicação do conhecimento, bem como um aumento da exigência do comprometimento do pesquisador com a transformação social.

Embora se parta do entendimento mais amplo de que uma ciência é definida por ter um objeto específico de investigação, um sistema conceitual que se refere a esse objeto e um método de abordagem, a ênfase tem sido dada apenas ao método para garantir a unidade científica. O debate então é travado

na defesa de um ou outro método como sendo o mais adequado para a pesquisa científica.

No âmbito da psicologia, Rychlak (1993) alerta para o fato de que os problemas psicológicos não são de método, mas de fundamentos incertos e confusos que dão suporte às teorias. A complementaridade deve ser perseguida uma vez admitida a complexidade do objeto de estudo – o ser humano – assim como a limitação de se encontrar bases comuns de explicação e compreensão do comportamento e da ação humana. Ele defende uma complementaridade entre as teorias. A unidade pelo método é insuficiente, pois não garante o preenchimento das lacunas do conhecimento. O método é um meio através do qual as proposições teóricas buscam evidências lógicas, empíricas e *insights* necessários para a interpretação. Há pelo menos quatro fundamentos da conduta humana: o físico, o biológico, o cognitivo e o social. São níveis de entendimento diferenciados, o que não significa que um tenha status superior aos demais, mas que oferecem limites de explicação distintos, pois partem de premissas e pressupostos variados. Se se pretende unidade na ciência social a tolerância para com as abordagens diversificadas é um primeiro passo. Ainda há muito caminho a percorrer, se é que se conseguirá alcançar uma unidade na ciência da psicologia, já que a diversidade não é só de método, mas da própria definição de ciência e do sistema conceitual.

Esta explanação tem por objetivo encaminhar a noção das duas posições metacientíficas, que podem dispor da técnica dos grupos focais. É preciso ficar claro, contudo, que a escolha de uma técnica é apenas uma opção metodológica que deve estar fundamentada pelo pesquisador em pressupostos filosóficos. Não é ela que define a ciência, mas em que bases o seu uso encontra aporte.

A técnica dos grupos focais, objeto de estudo deste artigo é classificada como qualitativa, o que não garante que o seu uso esteja atrelado à abordagem metacientífica qualitativa, pois inúmeros esforços têm sido dirigidos no sentido de ajustá-la às exigências da nomotética.

Grupos Focais: definição e caracterização

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio

das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001).

Durante a Segunda Guerra Mundial os grupos focais foram utilizados para examinar os efeitos persuasivos da propaganda política, avaliar a eficácia do material de treinamento de tropas, bem como os fatores que afetavam a produtividade nos grupos de trabalho. A partir de 1980 os grupos focais passaram a ser empregados para entender as atitudes de doentes, o uso de contraceptivos e para avaliar a interpretação da audiência em relação às mensagens da mídia (Morgan, 1997; Veiga & Gondim, 2001)

A noção de grupos focais está apoiada no desenvolvimento das entrevistas grupais (Bogardus, 1926; Lazarsfeld, 1972). A diferença recai no papel do entrevistador e no tipo de abordagem. O entrevistador grupal exerce um papel mais diretivo no grupo, pois sua relação é, a rigor, diádica, ou seja, com cada membro. Ao contrário, o moderador de um grupo focal assume uma posição de facilitador do processo de discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema. Os entrevistadores de grupo pretendem ouvir a opinião de cada um e comparar suas respostas; sendo assim, o seu nível de análise é o indivíduo no grupo. A unidade de análise do grupo focal, no entanto, é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo.

Ibañez (1986) desenvolveu uma outra modalidade denominada de grupos de discussão, para o estudo da sociologia do consumo. Trata-se de uma técnica analítica que utiliza bases teóricas provenientes da lingüística, psicanálise e sociologia para interpretar os conteúdos latentes das opiniões sociais. O foco não se encontra na análise dos conteúdos manifestos nos grupos, mas sim no discurso que permite inferir o sentido oculto, as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados ao tema

investigado. A premissa é a de que os pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação, o discurso ideológico das relações macrosociais. Eles seriam, pois, uma forma de desvelar este processo de alienação e torná-lo consciente para os participantes.

O uso dos grupos focais está relacionado com os pressupostos e premissas do pesquisador. Alguns recorrem a eles como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; outros os vêem como promotores da auto-reflexão e da transformação social e há aqueles que os interpretam como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras. É importante, então, discorrer acerca das modalidades e tipos de grupos focais.

Modalidades de grupos focais

Os grupos focais podem servir a diversos propósitos. Conforme Fern (2001) há duas orientações: a primeira visa a confirmação de hipóteses e a avaliação da teoria, mais comumente adotada por acadêmicos. A segunda, por sua vez, dirige-se para as aplicações práticas, ou seja, o uso dos achados em contextos particulares. Estas duas orientações podem estar combinadas em três modalidades de grupos focais: exploratórios, clínicos e vivenciais.

Os grupos exploratórios estão centrados na produção de conteúdos; a sua orientação teórica está voltada para a geração de hipóteses, o desenvolvimento de modelos e teorias, enquanto que a prática tem como alvo a produção de novas idéias, a identificação das necessidades e expectativas e a descoberta de outros usos para um produto específico. Sua ênfase reside no plano intersubjetivo, ou melhor, naquilo que permite identificar aspectos comuns de um grupo alvo. A construção de modelos teóricos já dispõe de metodologia apropriada, a Teoria Fundamentada desenvolvida por Strauss e Corbin (1994), definida pelo apoio na captura e análise sistemática de dados. É uma teoria construída indutivamente, a partir do interjogo contínuo entre coleta e interpretação dos dados (Charmaz, 2000).

O grupo focal clínico em sua orientação teórica se dirige para a compreensão das crenças,

sentimentos e comportamentos, enquanto a prática ocupa-se em descobrir projeções, identificações, vieses e resistência à persuasão. A premissa clínica é a de que muitos comportamentos são desconhecidos pela própria pessoa, daí a importância do julgamento clínico e da observação do outro, o que permite concluir que o aprofundamento da intra-subjetividade no grupo é o fator importante desta modalidade.

Por último, nos grupos focais vivenciais os próprios processos internos ao grupo são o alvo da análise e estão subordinados a dois propósitos: na vertente teórica o de permitir a comparação de seus achados com os resultados de entrevistas por telefone e face a face. Neste caso, o nível de análise é intergrupual. O segundo propósito é o da orientação prática centrada no entendimento específico da linguagem do grupo, nas suas formas de comunicação, preferências compartilhadas e no impacto de estratégias, programas, propagandas e produtos nas pessoas. A ênfase aqui recai na análise intragrupal.

Esta classificação apresentada por Fern (2001) não é excludente, na medida em que fica difícil distinguir em algumas situações se a abordagem é clínica ou vivencial. O que é claramente visualizado é que os grupos focais podem atender a interesses práticos ou teóricos, em que concorrem três tipos de tarefas: os processos do próprio grupo, os conteúdos emergentes e os latentes. A primeira tarefa se insere no domínio da psicologia social, a segunda no da cognitiva e da análise de conteúdo e, a terceira, no da psicologia clínica e análise de discurso.

Morgan (1997) adotou uma perspectiva distinta para classificar os grupos focais. De acordo com ele há também três modalidades, mas sua tipologia repousa no uso isolado ou concomitante de outras técnicas e métodos de pesquisa. Desse modo, o autor fala em: a) grupos auto-referentes, usados como principal fonte de dados; b) grupos focais como técnica complementar, em que o grupo serve de estudo preliminar na avaliação de programas de intervenção e construção de questionários e escalas; c) grupo focal como uma proposta multi-métodos qualitativos, que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade.

Os grupos focais auto-referentes servem a uma variedade de propósitos, não só para explorar

novas áreas pouco conhecidas pelo pesquisador, mas aprofundar e definir questões de outras bem conhecidas, responder a indagações de pesquisa, investigar perguntas de natureza cultural e avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspectivas futuras. Morgan cita um exemplo de seu estudo da viúvas, cujo problema de pesquisa era averiguar o que contribuía para a promoção do bem-estar de viúvas. Seis grupos focais foram realizados com mulheres mais velhas entre seis meses a três anos de perda de seu marido. As discussões foram estimuladas por uma pergunta genérica: Que tipo de coisas vocês têm feito que está tornando a viúvas mais fácil ou mais difícil de ser suportada? O autor chega à conclusão de que os grupos eram capazes de manter uma discussão por cerca de duas horas sem necessidade de coordenação do moderador, girando o núcleo central ao redor das ações dos outros e dos conflitos delas decorrentes. Ou seja, era o que os outros faziam ou deixavam de fazer que facilitava ou dificultava o suportar a situação em que a pessoa se encontrava. Uma proposição teórica explicativa emergiu daí. Ao contrário do que se pensava, os sentimentos e experiências positivos e negativos na viúvas parecem estar relacionados mais a aspectos interpessoais e grupais do que aos intrapsíquicos da pessoa que perde o ente querido. Neste caso, os programas de apoio psicológico deveriam estar focados nos primeiros aspectos.

Os grupos focais também podem ser utilizados para gerar conhecimento necessário para a construção de instrumentos de medidas, assim como para a avaliação experimental do impacto de produtos em desenvolvimento e de futuros programas a serem implantados em organizações. Neste caso, os objetivos são o de utilizar os grupos apenas para fazer uma análise prévia, pois a meta final é a construção de instrumento para pesquisas, a introdução do produto no mercado ou a implantação do projeto na empresa. Esta técnica permite identificar, no caso de construção de instrumentos, o que é relevante sobre o tópico e com isto apontar os domínios que devem ser cobertos. Além disso, avalia o conjunto de dimensões que irá cobrir cada domínio (quantidade de itens), promove *insights* de como os itens devem ser apresentados (evitando distorções de entendimento) e serve de pré-teste de questionários e escalas.

Por último, Morgan afirma que os grupos focais podem estar associados a outras técnicas como a entrevista individual e a observação participante. Tais combinações de método dependem dos objetivos da pesquisa. A utilização de grupos focais em seqüência às entrevistas individuais, por exemplo, facilita a avaliação do confronto de opiniões, já que se tem maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema específico. A associação dos grupos focais com a observação participante, outro exemplo, permite igualmente comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural.

O processo da pesquisa com grupos focais

O ponto de partida para se levar a termo um projeto de pesquisa que esteja apoiado no uso de grupos focais é a clareza de propósito. As decisões metodológicas dependem dos objetivos traçados. Isto irá influenciar na composição dos grupos, no número de elementos, na homogeneidade ou heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, status social etc), no recurso tecnológico empregado (face-a-face ou mediados por tecnologias de informação), na decisão dos locais de realização (naturais, contexto onde ocorre, ou artificiais, realizados em laboratórios), nas características que o moderador venha a assumir (diretividade ou não-diretividade) e no tipo de análise dos resultados (de processos e de conteúdo: oposições, convergências, temas centrais de argumentação intra e intergrupais, análises de discurso, lingüísticas etc).

Todos estes fatores podem influenciar o processo de discussão e o produto dela decorrente. Uma questão ética, no entanto, merece atenção especial do pesquisador para delinear seu projeto de investigação. Trata-se de garantir a privacidade dos participantes, já que, pelo menos em grupos realizados em laboratório, a gravação em vídeo é fundamental para a análise. Além disso, o tema pode vir a exigir posicionamentos pessoais que serão revelados a pessoas desconhecidas. Discutir alcoolismo e drogas, por exemplo, coloca os participantes que sofrem deste problema em uma situação delicada e o moderador deve dar sinais claros de que providências estão sendo tomadas para preservar a identidade pessoal na divulgação dos resultados.

Alguns aspectos do processo de planejamento da pesquisa com grupos focais serão objeto de reflexão. O acaso é o primeiro deles, pois nem sempre é um bom critério na composição de grupos focais, sendo preciso avaliar se o participante tem algo a dizer e se sente confortável para fazê-lo no grupo. A opção é feita com base nas premissas de que eles são capazes de gerar produtos em um volume expressivo em curto espaço de tempo e trazem à tona o processo de formação de opinião, que se dá no jogo das influências sociais mútuas. A simples disposição das pessoas em grupo não assegura o resultado esperado, o que fala a favor de se levar em conta a potencialidade de cada participante para contribuir na discussão do tema.

A opção por grupos de conhecidos ou desconhecidos merece igual atenção. Os primeiros, comuns quando realizados em organizações formais, facilmente reproduzem acordos implícitos sobre o que deve ou não deve ser dito e é preciso considerar isto na análise dos resultados, o que exige o cruzamento dos dados daí advindos com aqueles obtidos por meio de outras técnicas de coleta de dados.

O nível de estruturação do grupo, que está relacionado com a elaboração de um roteiro a ser seguido pelo moderador é o terceiro aspecto a ser mencionado. A diretividade assegura o foco no tema, mas pode inibir o surgimento de opiniões divergentes que enriqueceriam a discussão. A flexibilidade facilita a interação do moderador com os grupos, pois cada um deles apresenta uma dinâmica diferenciada exigindo maior ou menor diretividade do pesquisador, mas se for levada a extremo compromete a análise comparativa das respostas intergrupais, já que o risco de digressões aumenta.

O tamanho do grupo é um outro aspecto a se destacar. Apesar de se convencionar que este número varia de quatro a 10 pessoas, isto depende do nível de envolvimento com o assunto de cada participante; se este desperta o interesse de um grupo em particular, as pessoas terão mais o que falar e, neste caso, o tamanho não deve ser grande, para não diminuir as chances de todos participarem; com mais de 10 elementos, sendo o tema polêmico, fica difícil o controle do processo pelo moderador, havendo uma tendência a polarizar e entrar em conflito. O número total de grupos também deve ser pensado à luz dos objetivos

da investigação, mas em se tratando de abordagem qualitativa, ainda que se faça uma previsão inicial, o indicador deve ser a saturação das alternativas de resposta. Dito de outro modo, quando os grupos não são capazes de produzir novidades nas suas discussões é sinal de que se conseguiu mapear o tema para os quais a pesquisa foi dirigida.

Concluindo, dois outros fatores serão considerados: o papel do moderador e a análise dos resultados. Conforme Morgan (1997), um moderador deve procurar cobrir a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma discussão produtiva. Para conseguir tal intento ele precisa limitar suas intervenções e permitir que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso. Igualmente é necessário estar atento para não deixar que o grupo comece a falar sobre um assunto importante muito tarde para ser explorado e evitar que as interpelações findem antes da hora. Para driblar estes dois últimos problemas, é tarefa do moderador colocar algumas perguntas ou tópicos para debate. Alerta-se que um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário. Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na sua autonomia para prosseguir conversando. São elas: a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam.

A análise dos resultados é o último fator a ser considerado. Ela depende do tipo de relatório que o projeto de pesquisa requer, ou seja, se é um executivo para tomadas de decisão ou um mais minucioso, cuja meta é a produção teórica; de qualquer modo, a análise se inicia com uma codificação dos dados. Menciona-se aqui apenas a dos conteúdos que emergem na conversação empreendida no grupo (Bardin, 1977; Smith, 2000)¹.

Ao se presumir que as sessões dos grupos focais foram gravadas em vídeo e em se tratando do

¹ As modalidades de análise de discurso (Orlandi, 1999) a etnometodologia, a semiótica e a dramaturgica (Feldman, 1995), assim como modelos de quantificação de dados qualitativos (Pereira, 1999) não serão aqui considerados.

nível de análise grupal deve-se codificar as menções que aparecem em cada um, e isso pode ser realizado com base em categorias previamente elaboradas ou de modo indutivo a partir de todas as respostas produzidas no grupo. As menções e categorias são organizadas em núcleos temáticos que dão suporte a linhas de argumentação, que revelam de que modo os participantes dos grupos focais se posicionam diante do tema, foco da discussão. Na pesquisa sobre comportamento político realizada por ocasião da propaganda eleitoral para presidente no ano de 1998, em que foram compostos 20 grupos focais de pessoas pertencentes às classes C e D, a análise permitiu ratificar o que é discutido na literatura, ou seja, que elas avaliam questões políticas a partir de seu cotidiano. Para argumentar e se posicionar no grupo, as pessoas iniciavam suas falas a partir de exemplos do que acontecia nas suas casas, bairro, cidade e estendiam suas percepções para a realidade do país, visualizada como mais abstrata. Havia uma polaridade bem demarcada entre o “nós”, o povo, pobres e excluídos da sociedade, e “eles”, os políticos, ricos e incluídos na sociedade (Veiga & Gondim, 2001).

Alguns cuidados na interpretação dos resultados precisam ser tomados, conforme Morgan (1997). É necessário distinguir entre o importante e o interessante. O grupo que discute muito um assunto o acha com certeza interessante, mas isto não quer dizer nada quanto à sua importância; por outro lado, falar pouco de um tema indica ser ele desinteressante, mas não se pode afirmar sua desimportância. O exemplo dado por Morgan é de um grupo que discutia sobre ataques de coração. Muito tempo foi dedicado ao tema do stress e pouco ao cigarro. O pesquisador pode ser levado a crer que não era creditada muita responsabilidade ao cigarro como causador de ataques cardíacos, o que não é necessariamente verdadeiro, já que outros fatores também contribuem para que apareçam fatores periféricos ao invés dos centrais. A única forma de evitar uma interpretação equivocada é perguntar diretamente ao grupo, razão porque o papel do moderador é importante, pois ao acompanhar o aprofundamento da discussão, ele formula interpretações e averigua se elas fazem sentido para o grupo. É com base nisto que se afirma que há uma construção no processo de pesquisa, pois

o pesquisador como moderador tem chance de avaliar a pertinência de suas explicações e concepções teóricas junto ao próprio grupo. Isto o levará a reorientar ou confirmar sua interpretação, abordagem congruente em uma perspectiva metacientífica qualitativa, em que ele está implicado no processo de pesquisa.

Krueger e Casey (2000) fazem uma comparação das características que distinguem e aproximam as pesquisas acadêmica, de mercado e de ação comunitária.

A realização de grupos em laboratórios equipados com câmeras de vídeo, espelho unidirecional, sistema de gravação em áudio e vídeo são mais comuns em grupos de pesquisa de mercado realizados para a tomada rápida de decisão e nos de pesquisa acadêmica, pois permitem um rigor maior na condução e acompanhamento do processo de desenvolvimento da investigação.

Em pesquisas comunitárias o foco maior é na conscientização para a ação prática que faz sentido para o próprio grupo. Desse modo, as locações em ambientes da comunidade são os preferidos. A mesma argumentação serve para justificar a escolha por profissionais e pesquisadores treinados, nas de pesquisas de mercado e acadêmicas, distintamente dos grupos de ação comunitária que recorrem a pessoas da comunidade para coordenar o processo juntamente com o pesquisador. Estas decisões irão repercutir na coleta, análise e divulgação dos resultados. A pesquisa de mercado demanda resposta rápida às indagações emergentes e isto contribui para que a investigação tenha curta duração e que a análise se baseie em observações e impressões dos profissionais e clientes, que acompanham a situação atrás do espelho unidirecional. A pesquisa acadêmica está mais comprometida com o rigor metodológico e avaliação do problema, fazendo com que sua duração seja maior, com análises baseadas em transcrições de gravações em vídeo e notas de campo, a que são aplicadas técnicas específicas (conteúdo, discurso, lingüística). A pesquisa de ação comunitária também leva mais tempo, pela sua preocupação em aprofundar o tema e promover conscientização grupal. A análise, no entanto, é realizada concomitantemente à produção de conhecimento pelo grupo com vistas à ação (Thiollent, 1997), sendo

diferenciada a forma de divulgação. Enquanto a pesquisa de mercado presta contas ao contratante, que geralmente não tem interesse em difundir as bases que sustentaram suas decisões, a acadêmica zela pelo anonimato dos participantes, mas é partidária da publicação dos resultados, difundindo o conhecimento produzido e a metodologia, submetidos ao escrutínio crítico da comunidade acadêmica. A pesquisa ação, distintamente, assume um compromisso maior com a comunidade e com o que decorre do processo de investigação realizado, sendo o êxito de seu produto avaliado pelo impacto na comunidade local.

Importante acrescentar que o desenvolvimento da pesquisa por meio de grupos focais está intimamente relacionado com a maneira de o pesquisador lidar com o processo de discussão intragrupo.

O Processo de discussão em grupos focais: fatores de interferência

De acordo com Fern (2001), há quatro processos grupais que interferem nos resultados dos grupos focais: o bloqueio de produção, a influência social, o pegar carona, a influência normativa.

O bloqueio da produção diz respeito à ativação simultânea de dois processos cognitivos distintos: pensar (o que se vai dizer) e ouvir (o que os outros estão dizendo). O argumento é que esta condição de interação grupal torna muito difícil que o sujeito consiga prestar atenção e acompanhar a discussão, ao mesmo tempo em que tenta organizar o seu pensamento para intervir. É preciso reconhecer, contudo, que em uma situação de interação diádica, de entrevista individual ou no ato de preencher um questionário, uma escala de avaliação, a pessoa pode ser interrompida em sua linha de pensamento pelo próprio entrevistador e por seus pensamentos distantes do contexto imediato, que afluem à mente e o distraem. Em resumo, o problema de bloqueios processuais não acontece apenas no caso de grupos focais, embora se reconheça que neste contexto há maior complexidade no gerenciamento de atividades cognitivas requeridas que podem afetar o resultado final. É difícil contornar esta dificuldade, pelo menos do ponto de vista do moderador de grupos focais,

pois isto depende das características intrapsíquicas dos participantes e nem todas as pessoas são treinadas para lidar com a atenção difusa.

Outro ponto importante é o da distância entre a emergência da idéia na mente do participante e o momento em que ela é dita ao grupo. É inegável que quanto maior for o grupo, mais tempo de espera para a manifestação, fazendo com que a pessoa esqueça ou se sinta desestimulada a revelar sua opinião. Uma alternativa, embora discutível, seria a de deixar folhas de papel e canetas sobre a mesa para o rascunho de idéias, expressando-as no momento oportuno.

A influência social é outro fator que afeta a discussão nos grupos; três processos dela decorrentes foram destacados por Fern (2001): a apreensão da avaliação, a autoconsciência e a influência normativa. A primeira está vinculada ao medo da desaprovação social, o que comprometeria a sinceridade das opiniões no grupo. A posição aceita é a de que o receio da avaliação alheia afeta negativamente quando o indivíduo é percebido como sendo o seu alvo, diferentemente de quando o grupo ocupa este lugar, pois aí estaria preservado, até certo ponto, o anonimato pessoal, minimizando o receio de revelar aspectos mais íntimos. As instruções do moderador poderiam amenizar a influência social ao se ressaltar a importância das manifestações individuais contra ou a favor, assim como a inexistência de respostas certas.

A autoconsciência, outro processo decorrente da influência social, está vivamente presente em grupos focais, pelos microfones e câmera de vídeo, ou pela expectativa das outras pessoas de que todos se manifestem. Estudos experimentais têm concluído que quando os participantes são solicitados a revelar informações íntimas sobre si mesmos, diante de um espelho, eles hesitam mais tempo do que fora desta condição. Além disso, em contextos de discussões grupais as pessoas comparam suas opiniões, crenças, valores, estereótipos, preconceitos e atribuições e ao constatarem inconsistências podem assumir atitudes mais extremadas, positivas ou negativas. O grupo heterogêneo, por exemplo, facilita a emergência de informações ou crenças não compartilhadas e, face à importância pessoal do tema, os participantes tendem a adotar posições menos flexíveis do que nos mais homogêneos ou em situações diádicas. As

experiências comuns que asseguram a homogeneidade criam um ambiente mais propício à avaliação crítica dos posicionamentos internos, o que não ocorre quando diante de posições divergentes em um grupo heterogêneo, em que a necessidade de marcar a diferença contribui para a polarização (Morgan, 1997). Ao procurar analisar o uso de tinturas capilares por mulheres, Morgan compôs grupos homogêneos (todas de cabelos grisalhos) e heterogêneos e constatou que nos primeiros havia argumentos que deixaram transparecer os conflitos entre o receio de usar a tintura e o desejo de aparentar ser mais jovem, o que não aconteceu nos outros. Isto é, quando as grisalhas estavam diante de mulheres que pintavam o cabelo, elas tinham posições polarizadas, salientando apenas os aspectos negativos dos anúncios que estimulavam a pintura; nos grupos homogêneos, no entanto, sentiam-se mais à vontade para expressar suas dúvidas e ansiedades em relação ao tema. As instruções dadas pelo moderador podem contribuir para que cada um se sinta à vontade, dizendo o que pensa. Assinala-se, entretanto, que a escolha de grupos homogêneos ou heterogêneos depende dos objetivos da pesquisa que podem estar focados em crenças e opiniões compartilhadas ou, ao contrário, o pesquisador está interessado justamente no que sustenta a polarização e demarca as posições antagônicas.

A influência normativa, terceiro fator, está relacionada à comparação que se faz com as normas ou padrões sociais e igualmente pode contribuir para a adoção de atitudes extremadas, na esperança de obter melhor avaliação do grupo. Posições divergentes são evitadas quando se crê que aos olhos dos outros participantes isto seria diagnosticado como um desvio. Se, no entanto, alguns membros arriscam assumir posições controversas, os outros se sentem estimulados a esboçar suas crenças pessoais sobre o assunto.

Myers (1999) afirma que pegadores de carona são aquelas pessoas que se beneficiam do grupo, mas dão pouco em troca. Ao contrário da noção comum de que a união faz com que o grupo produza bem mais do que cada um isoladamente, alguns se aproveitam do esforço dos outros. A vadiagem social, expressão que define este processo mantém uma relação direta com a apreensão de avaliação. Se os indivíduos são levados a crer que seu empenho

pessoal não é avaliado distintamente do dos outros, a dedicação à tarefa diminui, pois a responsabilidade é diluída. Esta linha de argumentação sugere que as pessoas ao serem entrevistadas separadamente se empenham muito mais nas respostas do que quando são convidadas a emitir suas opiniões em grupo. A alternativa para lidar com este problema está na habilidade do moderador ressaltar nas instruções iniciais a importância das manifestações de cada um, tanto quanto os debates e discussões.

A influência da informação, o último fator a ser aqui considerado pode afetar o grupo de duas maneiras: pela força do argumento (persuasão) e pela extensão do compartilhamento da informação no grupo. A habilidade individual para persuadir ou influir na decisão do outro, a partir da apresentação de fatos desconhecidos, já é bastante discutida na literatura sobre processos interpessoais. A mudança de atitude pode ocorrer com mais frequência quando não se tem um posicionamento tão definido em relação ao assunto. Veiga & Gondim (2001) ao analisarem o comportamento dos eleitores de camada social baixa constataram que os que haviam registrado sua indecisão antes do início da sessão grupal eram mais susceptíveis à influência do discurso alheio, o que contribuía para que ao final, quando convidados a preencher um questionário que incluía uma pergunta de intenção de voto, já anunciavam sua decisão. Os definidos, ao contrário, no decorrer da discussão tendiam a assumir posições polarizadas e se mantinham resistentes à argumentação de membros do grupo oponente.

A rigor, a divergência, comum em grupos focais, não é de todo ruim, pois a emergência de uma opinião discordante pode provocar um redirecionamento dos posicionamentos até então compartilhados. Argumentos persuasivos, dada a novidade e a lógica da apresentação, levam as pessoas a integrar novos elementos em suas avaliações, ampliando seu entendimento sobre o tema. Mais uma vez, a importância do moderador é destacada, já que ele pode recuperar a opinião discordante quando o grupo insistir em ignorá-la a favor de dedicar mais tempo às opiniões compartilhadas.

É oportuno ainda dizer que a análise dos processos de influência social permite concluir que

os grupos focais estão sujeitos ao que dinamiza os grupos sociais e apresentam diferenças em relação aos indivíduos tratados isoladamente. Morgan (1997) é muito claro quando assevera que os grupos focais trazem à tona aspectos que não seriam acessíveis sem a interação grupal e que o processo de compartilhar e comparar oferece rara oportunidade de compreensão por parte do pesquisador de como os participantes entendem as suas similaridades e diferenças.

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envidar esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avalie suas reais limitações e possibilidades.

Questões metodológicas na pesquisa de grupos focais

A atribuição do grupo como unidade de análise em pesquisas nas ciências sociais ainda é bastante restrita e um conjunto de críticas são dirigidas ao seu uso. Grande parte delas surge entre pesquisadores da abordagem nomotética que adotam critérios para a produção de conhecimento científico distintos daqueles descritos pela abordagem hermenêutica. Embora para alguns possa ser injusto julgar os estudos qualitativos sob a perspectiva quantitativa e vice-versa (Smith, 1994), visto que se parte da premissa de que elas são distintas em seus pressupostos, é importante fazer referência a algumas destas críticas, tal como descritas por Fern (2001), por considerar sua utilidade para a reflexão daqueles que se aproximam não só das técnicas como também da abordagem qualitativa de pesquisa. Além disso, cabe acrescentar que a despeito da técnica dos grupos focais ser classificada como de natureza qualitativa, seu uso não é privilégio dos teóricos compreensivistas; há inúmeros esforços para ajustar esta técnica às exigências do modelo nomotético.

Seis críticas dirigidas aos grupos focais são aqui objeto de análise. A primeira se refere ao tamanho da amostra. A crítica é a da não representatividade que tornaria inviável a

generalização para a população investigada. A rigor os grupos focais são compostos a partir do que se convencionou chamar de amostras por conveniência. Na área de pesquisa de mercado isto ocorre por duas razões: restrições orçamentárias e rapidez na tomada de decisões. Outra justificativa encontra aporte no fato de a abordagem qualitativa estar comprometida com a compreensão e o entendimento do fenômeno inserido em um contexto particular e, sendo assim, a representatividade estatística não é o mais importante. A abordagem quantitativa, por sua vez, busca a explicação e os nexos causais, necessários para se proceder a generalizações. Nada impede, contudo, que os grupos focais possam ser estratificados, quando se deseja minimizar as diferenças intragrupal (homogeneidade) e maximizar as diferenças intergrupais (heterogeneidade). Isto depende, no entanto, dos objetivos do pesquisador.

Há que assinalar também que a generalização traz mais um problema, relativo às possibilidades reais de não só descrever como o fenômeno é no presente, mas como poderá ser observado no futuro. No caso dos grupos focais há duas dificuldades para se generalizar. Primeiro por não ser factível a eliminação da variabilidade na composição dos grupos, o estilo do moderador em cada um deles e as características dos participantes. Segundo, em especial quando do uso da técnica em laboratórios, porque não há garantia de que em seu cotidiano as pessoas se manifestem do mesmo modo que nas situações artificiais de interação produzida; contudo, esta restrição se depara com outro condicionante, pois ainda que os estudos etno-metodológicos tenham avançado muito, é difícil o tema da pesquisa emergir espontaneamente em situações de vida diária para serem observados no momento em que ocorrem. É inegável, não obstante, que os grupos focais artificiais podem servir para melhor demarcação entre interpretações que fazem sentido e são congruentes.

A segunda crítica se dirige à falta de controle do desempenho do moderador. Admite-se a impossibilidade de controle, na medida em que cada grupo possui uma dinâmica particular que exige flexibilidade do moderador. A maior ou menor diretividade na condução dos grupos irá oscilar conforme os objetivos, e cada uma destas opções traz vantagens e desvantagens. A diretividade, por

exemplo, pode levar o grupo a desconsiderar potenciais alternativas de discussão, que demandariam alguma digressão.

A terceira crítica se refere ao nível de resposta a ser considerado para efeito de análise nos grupos focais, pois cada um deve ser tratado como objeto unitário. Esta é a posição da maioria dos que atuam com grupos focais e decorre do fato de se presumir que a formação de opinião é fruto das interações sociais e, portanto, há interdependência nas respostas, que não são, então exclusivas de uma pessoa, mas emergem em um contexto particular de discussão grupal, sendo difícil diferenciar o que pertence a uma, em particular, porque não se sabe o efeito que um respondente tem na declaração feita pelo outro. Não se está considerando aqui o grupo como uma entidade, mas se quer dizer que o foco se dá na interdependência na produção de respostas, que também está presente nas entrevistas individuais, ainda que muito pouco se tenha discutido sobre o assunto.

A forma de interpretação dos grupos focais relaciona-se com o discutido no parágrafo anterior e é a quarta crítica. O que está em jogo é o problema da relação entre fatos e valores (Smith, 1994), entrando em pauta a questão da objetividade, que para a abordagem nomotética significa guardar distância entre o objeto e o pesquisador. Ser objetivo é explicar o mundo independente do lugar que se ocupa nele. Todos olhariam para o mesmo fenômeno e o perceberiam de maneira igual. Este tipo de objetividade é difícil de ser alcançado quando se abraça a abordagem hermenêutica, que parte da premissa de que quando o objeto de investigação são as pessoas em suas interações sociais, é complexo tomar um distanciamento que permita exercer uma observação desvinculada dos valores e do lugar que o pesquisador ocupa no mundo. Sua formação acadêmica, experiência de vida e opções teóricas irão influenciar o modo como os eventos serão interpretados. A referência feita não é em relação ao diretamente observado da fala das pessoas (texto), isto os recursos tecnológicos (vídeo e gravador) permitem reproduzir acriticamente, mas sim ao salto interpretativo que permite inferir razões e motivos que possam dar sentido ao que a pessoa diz e este é construído socialmente, na relação dialética da pessoa

com a cultura. A compreensão deste contexto é fundamental para encontrar o significado dado à ação ou à fala emergente em um grupo.

Sendo assim, é verdade que diferentes pesquisadores poderiam interpretar distintamente os mesmos resultados. O salto interpretativo também varia, distinguindo algumas análises de conteúdo e de discurso: a psicanalítica, a ideológica, a lingüística e outras. A interpretação 'verdadeira' pode ser relativa, não a cada pesquisador, mas a contextos histórico-socio-culturais diversos. Como lidar com o problema da objetividade? Para alguns autores ela deveria ser substituída pela intersubjetividade e os dados da realidade ao consenso dos observadores. Pode-se pensar, no entanto, em uma forma intermediária de tratá-la, exigindo que um fenômeno para ser objeto de análise precisaria ser passível de objetivação, senão ficaria difícil abordá-lo, mesmo admitindo-se que existam graus de objetivação, com os aspectos físicos e biológicos mais próximos de um tratamento objetivo os psicológicos, sociais e culturais, mais susceptíveis à subjetividade de quem os percebe.

Uma alternativa para minimizar este problema é permitir que outros pesquisadores e auxiliares acompanhem o processo de discussão dos grupos focais por um circuito interno de televisão e discutam suas interpretações aprofundando e esclarecendo as bases de suas diferenças (Veiga & Gondim, 2001), o que contribui para uma delimitação, embora não se possa fugir ao fato de que uma interpretação só encontra espaço porque há lacunas no entendimento do fenômeno, que ela vem preencher. A complexidade está em reconhecer que não existe apenas uma maneira de fazer isto, abrindo possibilidades de alternativas.

A quinta e última crítica é dirigida às limitações de se comparar resultados dos grupos focais com os gerados por outras técnicas de investigação. Não há controvérsia sobre a potencialidade dos grupos focais em gerar um volume de informações expressivo em curto espaço de tempo, quando comparados a outras técnicas. Fern (2001) adverte, contudo, que não há evidência empírica satisfatória em relação a isto, nem estudos suficientes que permitam comparar os resultados dos grupos focais com os de pesquisas que recorrem a outras técnicas. Defende-se, no entanto, que os esforços

deveriam ser dirigidos inicialmente para o aperfeiçoamento do uso da técnica, visando demarcar seus limites e possibilidades, para depois centralizar nas comparações de seus resultados com os produzidos por outras técnicas e abordagens de pesquisa.

Considerações Finais

O ponto de partida deste artigo buscou suscitar uma reflexão acerca dos pressupostos filosóficos e premissas que orientam a prática do pesquisador em ciências sociais. A escolha de técnicas de pesquisa, dentre elas, a dos grupos focais deve estar apoiada em opção consciente acerca de que ciência pretende desenvolver. Importante assinalar que as duas principais vertentes metacientíficas disputam entre elas, mas a defesa de um único método não irá garantir a unidade da ciência. Isto não significa que se deva negligenciar as suas diferenças, contudo qualquer tentativa de integração precisa levar em conta a difícil superação destes antagonismos ontológicos, antropológicos e epistemológicos.

Rychlak (1993) alerta que a solução pode estar na procura de complementaridade teórica, e para isto é necessário que o pesquisador reconheça tanto que o objeto de estudo das ciências sociais – o homem – é muito complexo, quanto que as teorias que buscam explicar e compreender o comportamento e as ações humanas são incompletas. O físico, o biológico, o psicológico, o sociológico, o cultural, o político, o moral estão imbricados de tal modo no comportamento que se apoiar em apenas um deles para dar conta do fenômeno humano é insuficiente.

Importante que se faça comentários adicionais sobre as possibilidades de utilização da técnica dos grupos focais para profissionais e pesquisadores, que são inúmeras.

Na escola são uma ferramenta útil para os trabalhos com grupos de pais, professores e estudantes. Em organizações formais auxiliam na introdução de programas, na tomada de decisões, na aprendizagem organizacional, no diagnóstico e avaliação da qualidade de serviços, assim como na geração de novas idéias. No setor de saúde viabilizam a abordagem de grupos segmentados (hipertensos,

diabéticos, drogadiços, adolescentes gestantes etc) e a difusão de informações para a população carente. Na política vêm dando sua contribuição para a avaliação da opinião de eleitores e estudo do comportamento político. No marketing ampliam a compreensão dos hábitos de consumo e do impacto de produtos, serviços e comerciais. Na atuação junto a comunidades os grupos focais estão auxiliando na compreensão dos grupos sociais desfavorecidos e nas ações comunitárias. Ou seja, os pesquisadores encontram nos grupos focais uma técnica que os ajuda na investigação de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência grupal, bem como dá suporte para a geração de hipóteses, a construção teórica e a elaboração de instrumentos. Trata-se de uma técnica que pode ser usada quando o foco de análise do pesquisador é o grupo. Há que se ter cuidado, no entanto, porque as discussões do uso desta técnica ainda estão predominantemente apoiadas nas experiências individuais dos pesquisadores e não em estudos sistemáticos que poderiam lançar luz para aqueles que tencionam desenvolver e conduzir grupos focais. Há muito caminho a se percorrer para superar as inúmeras dificuldades que impõem limites à análise grupal.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Bogardus, E.S. (1926). The group interview. *Journal of Applied Sociology*, 10, 372-382.
- Calder, B.J. (1977). Focus group and the nature of qualitative marketing research. *Journal of Marketing Research*, 14, 353-364.
- Carlini-Cotrim, B. (1996). Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista de Saúde Pública*, 30 (3), 285-93
- Charmaz, K. (2000). Grounded theory: Objectivist and constructivist methods. Em: N.K. Denzin & Y. Lincoln (Org.), *Handbook of qualitative research*. (pp.509-536) EUA: Sage Publications Inc.
- Edmunds, H. (1999). *The focus group research handbook*. Illinois: NTC.

- Feldman, M.S.(1995). *Strategies for interpreting qualitative data*. EUA: Sage Publications
- Fern, E.F. (2001). *Advanced focus group research*. California: Thousand Oaks.
- Gaiser, T.J. (1997). Conducting on-line focus group. A methodological discussion. *Social Science Computer Review*, 15 (2), 135-44
- Giorgi, A. (1995). Phenomenological psychology. Em: J.A. Smith, R. Harré & L.V. Langenhove (Orgs.), *Rethinking psychology*. London: Sage Publications, 24-42
- Ibañez, J. (1986). *Más allá de la sociología*. El grupo de discusión: técnica y crítica. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A.
- Krueger, R.A. & Casey, M.A.(2000). *Focus groups*. A practical guide for applied research. California: Thousands Oaks.
- Lazarsfeld, P.F. (1972). *Qualitative analysis: Historical and critical essays*. Boston: Allyn & Bacon.
- Lincoln, Y.S. & Guba, E.G. (2000). Paradigmatic controversies, contradictions, and confluences. Em: N.K. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp.163-88). EUA: Sage Publications.
- Myers, D.G. (1999). *Social psychology*. New York: McGraw-Hill College.
- Morgan, D.(1997). *Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications
- Orlandi, E.P. (1999). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Pereira, J.C.R. (1999). *Análise de dados qualitativos*. Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: EDUSP.
- Radnitzky, G. (1970). *Escolas contemporâneas de metaciência*. Gottenburgo: Scandinavian Univ. Books.
- Romero, S. (2000). A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em psicologia. Em: H. Scarparo (Org.) *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Editora Sulina, 55-78.
- Rychlak, J.F. (1993) A suggested principle of complementarity for psychology. *American Psychologist*, 48 (9), 933-42.
- Smith, C. (2000). Content analysis and narrative analysis. Em: H. T. Reis & C.M. Judd (Org.) *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp.313-38) UK: Cambridge University Press.
- Smith, J. A, Harré, R. & Langenhove, L.V. (1995). *Rethinking psychology*. London: Sage Publications.
- Smith, J.K. (1994). Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: Uma tentativa de esclarecer a questão. *PSICO*, 25(2), 33-51
- Strauss, A. & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: an overview. Em: N. K. Denzin & Y.Lincoln (Orgs.), *Handbook of qualitative research*. (pp.273-85) EUA: Sage Publications.
- Thiollent, M. (1997). *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas.
- Veiga, L. & Gondim, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*. 2(1), 1-15